

## Qualidade da educação nas escolas do sistema municipal de Araguaína – TO: Análise dos resultados do IDEB - 2011 a 2017

### The quality of education in schools of the district system of Araguaína – TO: Analysis of IDEB from 2011 to 2017

*Maria das Graças Aires de Medeiros Andrade<sup>1</sup>*

*Juciley Silva Evangelista Freire<sup>2</sup>*

**Resumo:** O uso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) pelo MEC/INEP como indicador para referenciar a qualidade da educação no Brasil ocorre desde 2007. O presente estudo tem como objetivo analisar a qualidade da educação avaliada pelos resultados do IDEB das escolas da rede municipal de Araguaína – TO, que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se de um estudo de abordagem quali-quantitativa, que por meio do estudo de caso e da pesquisa bibliográfica e documental levantou dados e informações sobre os resultados do IDEB das escolas públicas de ensino fundamental do município de Araguaína, situado na região norte do estado do Tocantins. Os resultados da análise permitem inferir que o sistema de educação municipal conseguiu evoluir nesse índice nos ciclos de 2011 a 2017, tendo como variável propulsora o alto nível da taxa de aprovação em detrimento do aprendizado dos alunos, que em sua maioria se encontra no nível básico de proficiência.

**Palavras-chave:** Qualidade; Educação; IDEB; Araguaína.

**Abstract:** The use of the Basic Education Development Index (IDEB) by MEC / INEP as reference indicator to the education quality in Brazil occurs since 2007. The present research aims to analyze the education quality evaluated by the results of the IDEB municipal schools of Araguaína - TO, which offer the initial years of Elementary School. This is a qualitative-quantitative research, which by means of the case study and of bibliographic and documentary research, collected data and information on the results of the IDEB of public elementary schools in the city of Araguaína, located in the northern region of the state of Tocantins. The results of the analysis allow to infer that the municipal education system managed to evolve in this index in the cycles of 2011 to 2017, presenting as a driving force variable the high level of approval rate to the detriment of student learning, which are mostly at the basic level of proficiency.

**Keywords:** Quality; Education; IDEB; Araguaína.

---

1 Graduada em Ciências Econômicas pela PUC - GO. Mestre em Educação pela UFT. Especialista em Formação Socioeconômica do Brasil pela UNIVERSO (Niterói -RJ). Especialista em Gestão de Micro e Pequenas Empresas pela UFLA - MG. Professora do Curso de Administração, Superior de Tecnologia em Gestão Financeira e Direito na Faculdade Católica Dom Orione.

2 Graduada em Pedagogia pela Universidade do Tocantins em 2006, Mestre em Educação Brasileira (2001) e Doutora em Educação (2011) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/UFG). Professora adjunta da Universidade Federal do Tocantins, atuando no Curso de Pedagogia do Campus de Palmas e no Curso de Mestrado Profissional em Educação do PPPGE/UFT. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Desigualdade Social e Políticas Públicas (NEPED). Atua como pesquisadora no Programa Educação, Pobreza e Desigualdade Social da UFT/MEC/Secadi - Trajetórias Escolares.

## Introdução

O tema qualidade da educação é pauta recorrente na literatura educacional por envolver múltiplas significações que se fazem presentes no tempo e no espaço, e por atender às demandas de cada período da história da educação, pois compreende-se a educação como prática social construída no seio das relações sociais mais amplas. A falta de consenso e as disputas em torno da concepção de qualidade da educação escolar faz com que o tema seja sempre atual e de interesse teórico-prático continuamente aberto à pesquisa.

Quando da aprovação do Plano de Desenvolvimento da Educação, no segundo mandato do governo Lula, quando se criou o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, por meio do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, o mecanismo de responsabilização pela qualidade da educação ofertada recai sobre os atores educacionais, ao terem que cumprir as metas estabelecidas no nível da escola, da rede ou do sistema educacional.

O IDEB condensa informações advindas do fluxo escolar e desempenho dos alunos nas avaliações de larga escala, e por assim ser, suscita questionamentos quanto às condições concretas em que são produzidas essas informações.

Este estudo tem como objetivo analisar a qualidade da educação avaliada a partir dos resultados do IDEB das escolas da rede municipal de Araguaína – TO, que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental. A discussão aqui apresentada é parte constituinte de um estudo mais amplo realizado na dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins, e defendida no início do ano de 2019. Trata-se de um estudo de abordagem quali-quantitativa, que por meio do estudo de caso e da pesquisa bibliográfica e documental levantou dados e informações sobre os resultados do IDEB e sua relação com a qualidade da educação oferecida nas escolas públicas de ensino fundamental do município de Araguaína, situado na região norte do estado do Tocantins.

A escolha do *locus* para este estudo deveu-se ao fato de Araguaína ser a segunda maior cidade do Estado, sendo a 1ª a capital, Palmas, e o segundo maior sistema educacional do Estado com mais de trinta mil alunos matriculados no ensino fundamental e na educação infantil e também, porque ela é conhecida como Capital Econômica do Tocantins, com um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,752, o referente à educação é 0,712, e foi reconhecida e homenageada pelo Instituto Ayrton Senna, em 2015, com o prêmio “Excelência em Educação”, fato que gera curiosidade sobre as reais condições da oferta educacional pública por parte do governo municipal (VITRINE, 2015).

As escolas escolhidas para esse estudo foram as que participaram de todos os ciclos do IDEB compreendidos entre 2011 a 2017, o que perfaz um total de 17 escolas das 34 que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental, no município de Araguaína – TO.

O presente texto discorre sobre as concepções de qualidade da educação em disputa no cenário político e acadêmico, reflete sobre a relação entre IDEB e qualidade da educação, analisa os resultados do IDEB das escolas municipais de ensino fundamental de Araguaína-TO, e finaliza com algumas considerações acerca desses resultados.

## Qualidade da educação no Brasil: concepções em disputa

No Brasil, até a promulgação da Constituição Federal de 1988 os governos negaram a educação a

todos os brasileiros, principalmente no que se refere aos excluídos socialmente, o que contribuiu para o aumento das desigualdades sociais no país.

A Carta Constitucional consagrou o direito à educação como direito fundamental de natureza social (art. 6º), portanto como direito de todos e dever do Estado e da família, conforme preconiza o artigo 205. Os artigos 206, 209 e 214 da Carta Magna apresentam aporte legal para a instituição do processo de regulação com princípios na garantia do padrão de qualidade, na avaliação da qualidade e de um Plano Nacional de Educação para contribuir para a melhoria da qualidade de ensino (BRASIL, 1988).

Porém, o sentido que envolve a concepção de qualidade da educação é diverso, uma vez que depende dos interesses, valores e conteúdo dos protagonistas que a defendem. O que vale apontar que:

[...] o consenso nessa área será sempre provisório, pois a qualidade é um conceito socialmente construído. Depende do contexto, fundamenta-se em direitos, necessidades, demandas, conhecimentos e possibilidades, que também são determinados historicamente, sendo, portanto, resultado de processos que, em uma sociedade democrática, supõem constantes negociações e revisões (CAMPOS; HADDAD, 2006, p. 112).

Ao observarmos a concepção de qualidade nas áreas econômica e administrativa, essa remete à Qualidade Total. Conceito amplamente difundido a partir da década de 1940 e fortalecido nas décadas de 1970 e 1980, tendo como objetivo fortalecer as empresas devido ao processo acirrado da competição entre empresas e entre mercados no mundo globalizado. Sob essa ótica, as organizações devem contar com mão de obra especializada com capacidade de agregar valor intelectual e técnico visando o desenvolvimento econômico. Portanto, o processo produtivo deixa de ser força e passa a ser intelecto, o que leva os governos neoliberais a fortalecerem as escolas e melhorarem o ensino com a finalidade de formar cidadãos com capacidades e habilidades para atender as demandas do mercado. De acordo com Oliveira e Libâneo (1998, p. 602), “a educação e conhecimento passam a ser do ponto de vista do capitalismo globalizado, força motriz e eixos da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico”.

Porém, na perspectiva da qualidade sob o foco de um conceito socialmente construído o que importa é a forma como são estabelecidas as relações entre os sujeitos e o que é qualificado. Por conseguinte, “não se trata de uma propriedade a ser identificada e apreendida na realidade, mas de um ajuizamento de valor a partir da concepção que se tenha de qualidade (SILVA, 2008, p. 17). Educação com qualidade social, segundo Libâneo (2015, p. 62), é a que promove para todos, indistintamente,

os domínios de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais necessários ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa concepção de qualidade social da educação não é consensual. O Documento Referência da Conferência Nacional de Educação - CONAE<sup>3</sup> (2018), ao abordar a qualidade social da educação afirma que para garantir o que promulga a Carta Magna de 1988, que institui a educação como direito social, a educação de qualidade deverá ser ofertada a todos(as) brasileiros(as) indistintamente, atendendo, assim, as demandas sociais e históricas da sociedade (CONAE, 2018).

---

3 CONAE - Conferência Nacional de Educação, é um espaço democrático instituído pelo Poder Público em articulação com a sociedade para que todos possam participar do desenvolvimento da educação nacional. Disponível em: <<http://conae.mec.gov.br/>>.

O documento acima referenciado ainda afirma que:

Para garantir educação com qualidade social é preciso que todos/as, indistintamente, a ela tenham acesso. Isso só é possível por meio de políticas públicas, materializadas em programas e ações articuladas, com controle social, ou seja, que tenham o acompanhamento e a avaliação da sociedade, de modo que os processos de organização e gestão dos sistemas e das instituições educativas sejam constantemente melhorados. Isso requer a efetivação de processos de formação, avaliação e regulação, capazes de assegurar a construção da qualidade social, inerente ao processo educativo, de forma que o desenvolvimento e a apreensão de saberes científicos, artísticos, tecnológicos, sociais e históricos, sejam garantidos a todos e todas (CONAE, 2018, p. 34).

A educação socialmente referenciada ou qualidade social da educação se baseia na perspectiva político-pedagógica emancipatória e inclusiva, e tem por foco as dimensões extra e intraescolares tomadas em conjunto, e direcionadas à garantia do acesso e permanência na educação a todos e a todas.

Complementando a afirmação acima, Dourado, Oliveira e Santos (2007) e Dourado e Oliveira (2009) ao entenderem qualidade da educação de forma multidimensional, anunciam que as dimensões intra e extraescolares interferem direta ou indiretamente no processo educativo. Para esses autores, as dimensões extraescolares afetam os processos educativos e os resultados escolares, e são subdivididas em dois níveis: o espaço social e as obrigações do Estado.

Ao espaço social vincula-se a dimensão socioeconômica e cultural dos atores envolvidos; às obrigações do Estado, referem-se à ampliação da obrigatoriedade da educação básica, a garantia de padrões de qualidade, a definição e efetivação das diretrizes nacionais para todas as modalidades de ensino e a implementação de sistema de avaliação para referendar a gestão da educação e a garantia de melhoria de aprendizagem.

As dimensões intraescolares, ainda segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007) e Dourado e Oliveira são subdivididas em quatro níveis: do sistema, da escola, do professor e do aluno. O nível do sistema refere-se às condições de oferta de ensino; o da escola, diz respeito à gestão e à organização escolar; o do professor, trata da formação, profissionalização e ação pedagógica; e o do aluno, reporta-se ao acesso, permanência e desempenho escolar.

No entanto, sob a ótica das políticas educacionais elaboradas a partir da primeira década deste século, a qualidade continua a ser traduzida e aferida por indicadores relacionados a critérios predominantemente quantitativos, fato este reafirmado pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024, que estabeleceu o IDEB, por força da lei, como conceito de qualidade da educação básica nacional, o que segundo Gesqui (2016, p. 93), “desestimula – ao menos durante sua vigência – a necessária continuidade do debate acadêmico e legal sobre o conceito de qualidade da educação básica nacional”.

## **O IDEB e a qualidade da educação**

A partir de 2007, os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e da Prova Brasil, conjuntamente a uma medida de rendimento gerada pelo Censo Escolar,<sup>4</sup> passam a ser consolidados em um único indicador: o IDEB. Esse indicador, que tem como foco os anos iniciais e os finais do Ensino

---

4 O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica, e constitui-se de um levantamento de dados estatísticos-educacionais, efetuado anualmente pelo INEP, de âmbito nacional, é realizado com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação, conta com a participação de todas as escolas públicas e privadas do Brasil (INEP, 2018a).

Fundamental, assim como o Ensino Médio, foi instituído pelo Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação (BRASIL, 2007). Esse decreto em seu art. 3º promulga:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo Inep, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso (BRASIL, 2007).

O documento Plano de Desenvolvimento da Educação (2009) ao discorrer sobre o IDEB enquanto índice que monitora e conduz a elaboração de políticas públicas, afirma que:

O IDEB pretende ser o termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas do Brasil. O IDEB é um dos eixos do PDE que permite uma transparente prestação de contas para a sociedade de como está a educação em nossas escolas, assim, a avaliação passa a ser a primeira ação concreta para se aderir às metas do compromisso e receber o apoio técnico/financeiro do MEC, para que a educação brasileira dê um salto de qualidade (BRASIL, 2009, p. 2).

A afirmação de que o IDEB objetiva “ser termômetro da qualidade da educação básica” pode inferir em um assingelamento de um processo altamente complexo, quanto é o aperfeiçoamento da educação em um país.

Torna-se relevante mencionar que no campo das políticas educacionais, o IDEB tornou-se um influente indicador balizador da gestão da política educacional nacional, tanto que a meta de nº 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 estabelece:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio (BRASIL, 2015, p. 10).

Quando do lançamento do IDEB, Franco, Alves e Bonamino (2007, p. 1003) apreciaram as diferentes facetas de sua inserção na política educacional:

[...] ao longo dos últimos meses, o IDEB e as metas a ele associadas são os aspectos do PDE que têm estado no centro da atividade do MEC. [...] o IDEB e as metas envolvem transparência nos resultados de escolas e redes de ensino. Envolvem também, incentivos simbólicos relacionados ao IDEB elevado e, futuramente, a variações positivas do mesmo índice. Por essa via, a política educacional contemporânea articula-se com ideias associadas à racionalidade relativa aos fins da educação, em veio complementar ao da racionalidade aos meios.

Freitas (2007) afirma que os indicadores estatísticos no campo educacional podem sustentar políticas que ocultam a má qualidade educacional das escolas, como também a penalização de alunos, como por exemplo, mantendo-os por mais tempo na escola sem conferir-lhes algo mais em termos de aprendizagem efetiva. No que se refere aos gestores educacionais, é preciso que façam reflexões sobre a forma como os resultados das avaliações externas, assim como do IDEB, são utilizados para reavaliação e planejamento de ações para a ratificação e/ou melhoria da qualidade do ensino em suas escolas, já que os mesmos se encontram pressionados para o cumprimento das metas estabelecidas além de apresentarem,

por vezes, dificuldades para interpretar, assimilar e utilizar de modo eficiente e eficaz as metas.

Embora a qualidade da educação atrelada ao IDEB seja um tanto quanto reducionista (MACHADO; ALAVARSE, 2014), pode-se apontar duas características potencializadoras desse índice: facilitação na apreensão, ainda que parcial, da realidade da educação brasileira, destacando as unidades escolares; e, articulação de dois elementos que se apresentam antagônicos, o aumento da aprovação e o aumento do desempenho.

Em que pese a defesa de uma qualidade social na educação conforme referenciada nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a concepção de qualidade em curso vem fundada em indicadores específicos, medidos objetivamente e por agentes externos à escola, a despeito do subsídio de indicadores que levem em consideração o contexto e as peculiaridades das escolas.

### **Qualidade da educação fundamental no município de Araguaína-TO: Análise dos resultados do IDEB – 2011 A 2017**

Analisaremos os resultados do IDEB das escolas públicas municipais de ensino fundamental, anos iniciais, de Araguaína, no período de 2011 a 2017. Para tal intento, a princípio será apresentado um breve histórico do município de Araguaína, logo em seguida, seus aspectos educacionais, para posteriormente demonstrar os resultados do IDEB das escolas municipais que participaram em todas as aferições definidas para a análise, ou seja, 2011, 2013, 2015 e 2017. Os resultados serão analisados tendo em vista a sua evolução ou não, e as implicações que incidem a partir deles.

#### **O município de Araguaína**

A origem do município de Araguaína remonta ao ano de 1876, quando a primeira família oriunda da cidade de Paranaguá, Estado do Piauí, se estabeleceu às margens do Rio Lontra. Com a chegada de outras famílias, o povoado cresceu, e em 1958 tornou-se município do Estado de Goiás. Hoje, é a 2ª cidade de relevância econômica e populacional no Estado do Tocantins, o mais novo Estado brasileiro, criado pela Constituição de 1988, localizado na Região Norte do Brasil. Os limites do município estão completamente inseridos na extensão geográfica do MATOPIBA,<sup>5</sup> importante região de expansão da fronteira agrícola das regiões Norte e Nordeste. É considerada a capital econômica do Tocantins e capital simbólica do MATOPIBA. O município dista 384 km da capital do Estado, Palmas; 1.143 km de Goiânia (GO); e 1.252 da capital federal, Brasília. Possui uma população estimada para 2018 de 175.517 habitantes, é o 2º município mais populoso, atrás apenas de Palmas (IBGE, 2018).

Nos seus 60 anos de existência como município, Araguaína possui 146 escolas, sendo 108 públicas (1 federal, 33 estaduais e 74 municipais) e 38 privadas. O total de matrículas para todos os níveis da educação básica em 2017, é de 45.617. Destes, 18.940 (39,46%) são alunos da rede municipal, distribuídos em 74 escolas (BRASIL, 2018), conforme demonstra a Tabela 1 abaixo:

---

5 MATOPIBA - expressão resultante de um acrônimo formado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, designa uma extensão geográfica que recobre parcialmente os territórios desses quatro estados. Corresponde a uma nova fronteira agrícola, com adoção de tecnologias agropecuárias de alta produtividade

**Tabela 1:** Araguaína: Total de matrículas da Educação Básica em 2017

Nível de Ensino	Total de Alunos	Rede Municipal	Rede Municipal X Total de Alunos
Educação Infantil	10.176	7.679	75,76%
Ensino Fundamental	25.653	10.391	40,51%
Ensino Médio	6.748	0	0%
Educação Profissional	617	0	0%
EJA* - Ensino Fundamental	1.072	870	81,16%
EJA - Ensino Médio	1.226	0	0%
Educação Especial	215	0	0%
<b>Total</b>	<b>45.617</b>	<b>18.940</b>	<b>39,46%</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do INEP (2018).

Legenda: \* Educação de Jovens e Adultos.

Araguaína possui 26 escolas, entre públicas e privadas, que ofertam o Ensino Médio (QEDU, 2018); 5 escolas que ofertam ensino profissionalizante, sendo que uma delas é federal, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO; 5 instituições de Ensino Superior na modalidade presencial (Universidade Federal do Tocantins – UFT), IFTO, Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos - UNITPAC, Faculdade Católica Dom Orione - FACDO e Faculdade de Ciências do Tocantins – FACIT, conta ainda com cerca de 26 instituições que ofertam graduação na modalidade Ensino à Distância – EAD (BRASIL, 2018b).

Com essa estrutura educacional robusta, Araguaína se mostra como uma cidade relevante para o Estado nesse campo e, por consequência, para o Brasil e, sendo a educação fundante para o desenvolvimento, surge a preocupação em conhecer a realidade da qualidade da educação oferecida pela rede municipal avaliada por meio do IDEB.

### O IDEB das escolas de Araguaína no período de 2011 a 2017

As escolas da rede municipal de Araguaína que oferecem o Ensino Fundamental, anos iniciais, que participaram do IDEB nos ciclos de 2011 a 2017 perfazem um total de 17, de um universo de 34, ou seja, 50%. As metas estabelecidas e o IDEB observado para o município são apresentados na Tabela 2, que segue:

**Tabela 2:** IDEB observado X Meta: Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Araguaína - 2011-2017.

Descritores / Ano	2011	2013	2015	2017	2021
IDEB observado	5,20	5,40	5,40	5,90	-
Meta	5,00	5,30	5,60	5,80	6,30

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do INEP (2018).

Através dos dados informados, Araguaína, não alcançou a meta estabelecida para o IDEB apenas no ano de 2015, nos demais (2011, 2013 e 2017) além de alcançá-la, superou-a. Se compararmos com os

dados do Brasil e do Estado do Tocantins, Araguaína sempre esteve à frente no tocante ao IDEB observado, como mostra a Tabela 3.

**Tabela 3:** IDEB observado, anos iniciais do Ensino Fundamental, rede municipal – Brasil, Tocantins, Araguaína – 2011- 2017

	2011	2013	2015	2017
Brasil	4,70	4,90	5,30	5,50
Tocantins	4,90	5,10	5,10	5,60
Araguaína	5,20	5,40	5,40	5,90

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do INEP (2018).

Ao analisar os dados das Tabelas 2 e 3, compreende-se que o sistema de ensino do município de Araguaína tem procurado fazer o “dever de casa” no que se refere ao atingimento das metas do IDEB estabelecidas pelo INEP. Ou seja, apresentou melhoras nos índices, principalmente, em relação ao Brasil no mesmo período.

A seguir serão apresentadas as escolas da rede municipal de Araguaína que participaram nos ciclos do IDEB de 2011, 2013, 2015 e 2017. No primeiro momento, a análise é realizada sob a variável aprendizagem,<sup>6</sup> em seguida ao fluxo escolar, e por último o IDEB.

A Secretaria de Educação Básica do MEC, para o ciclo de 2017, reestruturou as médias de proficiência, ou seja, a pontuação média dos alunos de cada rede dentro de níveis, e estes são divididos em três recortes interpretativos: insuficiente, básico e adequado.<sup>7</sup>

Avançando na análise a que esse estudo se propõe, tem-se o fluxo escolar e, na sequência, uma análise do IDEB (Quadro 1) observado em relação às metas propostas. No Quadro 1, o IDEB igual ou superior às metas estabelecidas está destacado na cor cinza escuro, para efeito de visualização.

**Quadro 1:** Escolas que alcançaram ou superaram a meta 6,0.

ESC. MUL. BENEDITO CANUTO BRAGA				
Descritores / Ano	2011	2013	2015	2017
Aprendizado	5,22	5,94	6,06	6,92
Fluxo	0,98	0,99	0,99	1,00
IDEB observado	5,10	5,90	6,00	6,90
Meta	5,40	5,70	5,90	6,20
ESC. MUL. GENTIL FERREIRA BRITO				
Aprendizado	5,60	5,90	6,10	6,00
Fluxo	0,99	0,99	0,99	0,99
IDEB observado	5,60	5,90	6,10	6,00

6 A aprendizagem, esta é medida pelo nível de proficiência dos alunos nas disciplinas Português e Matemática. Em Português as habilidades estão associadas as competências de leitura e interpretação de textos, e as de Matemática em resolução de problemas. Quanto ao fluxo escolar, esse é mensurado em uma escala que varia de zero a 1 (um), o que significa dizer que quanto mais próximo de 1 (um), melhor, ou seja, todos alunos aprovados, sem repetência e sem abandono (MEC, 2018)

7 As redes de ensino com pontuações nos níveis de 0 a 3 apresentam aprendizagem **insuficiente** para o ano, ou seja, o aluno não apresentou as condições mínimas para avançar à série seguinte; níveis do 4 ao 6 têm aprendizado **básico**, o aluno precisa de reforço, ou recuperação contínua em paralelo à escola para acompanhar a série que está cursando e acima de nível 7 o nível de proficiência é considerado adequado, o aluno tem conhecimento esperado para a série que está cursando (MEC, 2018)

Meta	5,60	5,80	6,00	6,30
<b>ESC. PAROQUIAL MUL. SÃO DOMINGOS</b>				
Aprendizado	5,42	6,23	6,42	7,11
Fluxo	0,97	0,98	0,90	0,95
IDEB observado	5,30	6,10	5,80	6,80
Meta	4,90	5,20	5,50	5,70
<b>ESC. PAROQUIAL SÃO VICENTE DE PAULO</b>				
Aprendizado	5,80	5,90	6,40	6,70
Fluxo	0,99	0,98	0,99	0,98
IDEB observado	5,80	5,90	6,40	6,70
Meta	5,90	6,10	6,30	6,60
<b>ESC. MUL. DR. CEZAR BELMINO EVANGELISTA</b>				
Aprendizado	5,19	4,59	5,37	6,61
Fluxo	0,98	0,97	0,98	1,00
IDEB observado	5,10	5,90	6,40	6,70
Meta	4,70	4,40	5,30	6,60
<b>ESC. MUL. DOUTOR SIMÃO LUTZ KOSSOBUTIZK</b>				
Aprendizado	5,31	5,36	6,03	6,49
Fluxo	0,98	0,99	0,99	0,99
IDEB observado	5,20	5,30	5,90	6,40
Meta	5,10	5,40	5,70	5,90
<b>ESC. MUL. TEREZA HILÁRIO RIBEIRO</b>				
Aprendizado	5,20	5,84	5,98	6,04
Fluxo	0,99	0,98	0,98	0,99
IDEB observado	5,10	5,70	5,90	6,00
Meta	5,00	5,20	5,50	5,80
<b>ESC. MUL. MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA LUZ</b>				
Aprendizado	5,09	5,01	6,07	6,25
Fluxo	1,00	1,00	0,99	1,00
IDEB observado	5,10	5,00	6,00	6,30
Meta	4,90	5,20	5,50	5,70
<b>ESC. MUL. WILLIAM CASTELO BRANCO MARTINS</b>				
Aprendizado	4,28	5,78	5,82	6,62
Fluxo	0,99	0,99	0,99	0,99
IDEB observado	4,20	5,70	5,80	6,60
Meta	4,80	5,00	5,30	5,60

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do INEP (2018).

Nesse grupo, o desempenho dos alunos do 5º ano na Prova Brasil evoluiu em todas as escolas, sendo que o maior valor, em termos absolutos, é o da escola William Castelo Branco Martins (2,34), e o menor (0,40) pertence a Gentil Ferreira Brito. Estendemos a análise ao nível de proficiência, 8 escolas partiram do nível básico (4 a 6) e permaneceram nele. A única escola que não permaneceu nesse nível foi a Paroquial Municipal São Domingos que alcançou 7,11, portanto, nível considerado adequado pelo MEC.

Prosseguindo com a análise sobre o índice de aprendizagem tem-se as escolas que alcançaram ou superaram a meta estabelecida para a escola, apontadas no Quadro 2:

**Quadro 2:** Escolas que alcançaram ou superaram a meta estabelecida para a escola.

<b>ESC. MUL. DOMINGOS DE SOUZA LEMOS</b>				
<b>Descritores / Ano</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>
Aprendizado	5,23	6,33	6,04	6,05
Fluxo	0,98	0,98	0,98	0,98
IDEB observado	5,10	6,20	5,90	5,90
Meta	5,20	5,40	5,70	5,90
<b>ESC. MUL. JOSÉ FERREIRA BARROS</b>				
Aprendizado	5,23	5,09	5,62	5,97
Fluxo	0,98	0,99	0,95	0,97
IDEB observado	5,10	5,00	5,30	5,80
Meta	4,40	4,70	5,00	5,30
<b>ESC. MUNICIPAL MANOEL LIRA</b>				
Aprendizado	4,97	5,16	5,29	5,54
Fluxo	0,99	0,99	0,96	0,99
IDEB observado	4,90	5,10	5,10	5,50
Meta	4,70	5,00	5,30	5,50
<b>ESC. MUNICIPAL JOAQUIM DE BRITO PARANAGUÁ</b>				
Aprendizado	4,26	4,25	5,59	5,78
Fluxo	0,75	0,86	0,99	0,98
IDEB observado	3,20	3,70	5,50	5,70
Meta	4,10	4,50	5,00	5,30
<b>ESC. MUL. FRANCISCO BUENO DE FREITAS</b>				
Aprendizado	5,55	5,19	5,21	5,97
Fluxo	0,98	0,98	0,98	1,00
IDEB observado	5,50	5,10	5,10	5,90
Meta	4,80	5,10	5,30	5,60
<b>ESC. MUL. MEU CASTELINHO</b>				
Aprendizado	5,55	4,44	5,12	5,97
Fluxo	0,98	0,98	0,97	0,99
IDEB observado	4,90	4,40	5,00	5,90
Meta	4,70	5,00	5,30	5,50
<b>ESC. MUL. ZECA BARROS</b>				
Aprendizado	5,17	5,47	5,22	5,62
Fluxo	0,97	0,99	1,00	0,99
IDEB observado	5,00	5,40	5,20	5,50
Meta	4,20	4,50	4,80	5,00

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do INEP (2018).

Assim como no grupo anterior, todas as escolas desse grupo avançaram no indicador aprendizagem. A maior evolução nesse indicador é constatada na escola Joaquim de Brito Paranaguá (1,52), a menor (0,42) pertencem as escolas Francisco Bueno de Freitas e Meu Castelinho, ambas partiram de 5,55 em 2011 e chegaram a 5,97 em 2017. Quanto ao nível de proficiência, todas partiram do nível básico de aprendizagem e permaneceram nele.

E por fim, a escola que não alcançou a meta estabelecida para a unidade de ensino, esta avançou 0,73, em valores absolutos, conforme demonstrado no Quadro 3:

**Quadro 3:** Escola que não alcançou a meta estabelecida para a unidade de ensino.

ESC. MUL. LEIA RAQUEL DIAS MOTA				
Descritores / Ano	2011	2013	2015	2017
Aprendizado	4,97	5,47	5,06	5,70
Fluxo	0,97	0,98	0,98	0,98
IDEB observado	4,80	5,40	5,00	5,60
Meta	5,00	5,20	5,50	5,80

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do INEP (2018).

Pela observação desses dados entende-se que o sistema de educação municipal desenvolveu medidas para melhorar a aprendizagem dos alunos já que todas as escolas apresentaram avanços no indicador aprendizagem.

Porém, ao considerar que a variável aprendizagem é a média do desempenho dos alunos no SAEB e Prova Brasil, onde as notas mais altas compensam as mais baixas, pode-se inferir que os avanços em valores absolutos, embora pequenos, mas significativos, estão intrinsecamente relacionados às altas taxas de aprovação.

As taxas de Aprovação em toda a série são iguais ou maiores que 90%, exceção feita a escola Joaquim de Brito Paranaguá, que em 2011 apresentou para essa taxa 84,2%, porém evoluiu para 98,4% em 2017. Outro destaque é a Maria da Conceição Costa Luz que apresentou 100% de aprovação nos anos 2011, 2013 e 2017. Quanto as taxas de Reprovação, em 2011, essas variaram de 0 a 2,7%, em 16 escolas; 2013, entre 0 e 2,2% em 15; 2015, entre 0,4 e 2,3% em 14, sendo que a maior taxa se relaciona à Paroquial Municipal São Domingos (9,1%); e em 2017, entre 0 e 2,7%, em 16 escolas. As taxas de abandono, em geral são 0%, ou seja, não há abandono na maioria das escolas. As escolas que apresentam valores diferente de 0% são: Joaquim de Brito Paranaguá, em 2011, com 0,7%, e 2013, 1,5%; Gentil Ferreira Brito, em 2013, com 0,6%; Francisco Bueno de Freitas, em 2015, com 0,4%; e Leia Raquel Dias Mota, em 2017, com 0,3%.

Esses dados permitem inferir que, apesar da correção do fluxo escolar ser um dos maiores desafios do sistema educacional brasileiro, este não se apresenta como problema para essas escolas da rede municipal de Araguaína.

Diante dos contextos aprendizagem e fluxo, percebe-se que na escalada do conhecimento que se adquire na escola, a despeito da alta aprovação, baixo índice de reprovação e abandono, os dados permitem inferir que os alunos sabem menos do que deveriam saber na série em que estão cursando, considerando o nível de proficiência em que os alunos da rede municipal estão inseridos (4 a 6), ou seja, o básico. Freitas (2007, p. 968) corrobora com essa ideia quando afirma que:

Há hoje um grande contingente de alunos procedentes das camadas populares que vivem o seu acaso no interior das escolas, desacreditados nas salas de aula ou relegados a programas de recuperação, aceleração, progressão continuada e/ou automática, educação de jovens e adultos, pseudo-escolas de tempo integral, cuja eliminação da escola foi suspensa ou adiada e aguardam sua eliminação definitiva na passagem entre ciclos ou conjunto de séries, quando então saem das estatísticas de reprovação, ou em algum momento de sua vida escolar onde a estatística seja mais confortável.

E, por falar em confortável, tem-se o IDEB como indicador con(in)ductor das políticas educacionais. O que ele representou para a qualidade da educação em Araguaína?

Das 17 escolas observadas do município que oferecem o Ensino Fundamental, anos iniciais, 9 alcançaram ou superaram a meta estabelecida para 2021, ou seja, 6,0; 7 alcançaram ou superaram a meta estabelecida para a escola; e apenas uma não alcançou a meta para a escola, o que não impactou no resultado final do IDEB para o município, pois este superou a meta estabelecida pelo MEC, conforme referenciado no Quadro 6. Fato comemorado pela Prefeitura Municipal de acordo com o artigo publicado pelo JM Notícia, em 05 de setembro de 2018, cujo título é “Prefeitura de Araguaína comemora nota do IDEB 2017” (JM NOTÍCIA, 2018a).

Retoma-se, a partir de então, a divisão em grupos realizada anteriormente, para demonstrar o panorama no que se refere aos resultados do IDEB, comparando sua evolução em termos de valores absolutos, tendo como ponto de partida o ano de 2011 e 2017 como ponto de chegada, conforme Quadro 6 a seguir:

**Quadro 4:** Evolução do IDEB – Dados de 2011 e de 2017.

UNIDADES ESCOLARES / ANO	2011	2017	Evolução
Esc. Mul. Benedito Canuto Braga	5,10	6,90	1,80
Esc. Mul. Gentil Ferreira Brito	5,60	6,00	0,40
Esc. Paroquial Mul. São Domingos	5,30	6,80	1,50
Esc. Paroquial São Vicente de Paulo	5,80	6,70	0,90
Esc. Mul. Dr. Cezar Belmino Evangelista	5,10	6,70	1,60
Esc. Mul. Doutor Simão Lutz Kossobutizk	5,20	6,40	1,20
Esc. Mul. Tereza Hilário Ribeiro	5,10	6,00	0,90
Esc. Mul. Maria da Conceição Costa Luz	5,10	6,30	1,20
Esc. Mul. William Castelo Branco Martins	4,20	6,60	2,40
Esc. Mul. Domingos de Souza Lemos	5,10	5,90	0,80
Esc. Mul. José Ferreira Barros	5,10	5,80	0,70
Esc. Mul. Manoel Lira	4,90	5,50	0,60
Esc. Mul. Joaquin de Brito Paranaguá	3,20	5,70	2,50
Esc. Mul. Francisco Bueno de Freitas	5,50	5,90	0,40
Esc. Mul. Meu Castelinho	4,90	5,90	1,00
Esc. Mul. Zeca Barros	5,00	5,50	0,50
Esc. Mul. Leia Raquel Dias Mota	4,80	5,60	0,80

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados INEP (2018)

Apesar de o IDEB, como indicador de qualidade da educação, se apresentar em evolução em todas as escolas, o que indica que a qualidade da educação está melhorando, pode não revelar a realidade, pois como já foi visto, a taxa de desempenho (aprovação, reprovação e abandono), em todas elas, é alto, e a aprendizagem limita-se ao nível básico da escala de proficiência adotada pelo INEP/MEC, o que é preocupante. Corroborando com essa constatação, Freitas (2007, p. 979) afirma que:

Combater a reprovação é apenas uma parte da solução. A questão de fundo é ensinar a todos e a cada um. A redução dos índices de reprovação é necessária, mas não é suficiente. Mais ainda, dada a composição do IDEB, ele poderá estimular no curto prazo a liberação do fluxo para reduzir a

reprovação, regularizando o tempo de permanência do aluno na escola e aumentando o valor do IDEB, sem que isso necessariamente signifique aumento do desempenho do aluno.

Diante dessa perspectiva, entende-se que as escolas podem ter aprovado mais alunos e assim tenham compensado os baixos rendimentos, levando as escolas a índices relevantes no IDEB, porém, com alunos com nível de aprendizagem baixo ou nenhum aprendizado. Isto pode estar associado ao fato do sistema municipal de ensino de Araguaína adotar a política de progressão continuada. Nesse sentido, questiona-se: a progressão continuada é levada a termo mediante a concreta aprendizagem dos alunos, ou utiliza-se apenas a promoção automática dos mesmos?

Jacomini (2009, p. 567) ressalta que “a progressão continuada tem contribuído para denunciar a pouca aprendizagem de muitos alunos, que antes era encoberta pela reprovação”. Portanto, com a progressão continuada, os alunos permanecem no interior da escola, o que exige um tratamento pedagógico adequado.

Por promoção automática, entende-se que o aluno passa de ciclos, fases ou séries, sem aprender. Muito embora essa expressão tenha sido utilizada pela primeira vez na década de 1950 pelos educadores “Dante Moreira Leite e Almeida Júnior como parte de uma proposta de reorganização da escola com o objetivo de democratizar o ensino” (JACOMINI, 2009, p. 567). Na sua origem, a promoção automática detinha o mesmo sentido a que se atribui à progressão continuada hoje, ou seja, “organizar o processo de ensino-aprendizagem de forma que os alunos possam progredir nos anos de escolaridade sem interrupção ou repetição de série” (JACOMINI, 2009, p. 567).

De acordo com o Plano Municipal de Educação (PME) de Araguaína, aprovado pela Lei Municipal nº 2.957, de 24 de junho de 2015, o sistema de ensino é próprio, portanto com autonomia administrativa e pedagógica, o mesmo

Desenvolve todo o processo de ensino-aprendizagem em parceria direta com o Ministério da Educação e com várias instituições que contribuem com o sucesso escolar. Dentre elas o IAS – Instituto Ayrton Senna, através de programas de correção de fluxo: Se Liga e Acelera Brasil, objetivando a alfabetização, a correção de fluxo escolar e redução da distorção idade/série (ARAGUAÍNA, 2015).

Considerando os Programas Se Liga e Acelera Brasil, pode-se inferir que o sistema de ensino de Araguaína é adepto à metodologia da progressão continuada. Segundo o site do Instituto Ayrton Senna – IAS (2018), a proposta do Se Liga se destina:

a estudantes não alfabetizados e em estado de defasagem idade-série matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Por meio do apoio à formação integral dos educadores, o Se Liga promove a alfabetização plena desses alunos, de maneira integrada ao seu desenvolvimento socioemocional, permitindo que recuperem o atraso e sigam em frente.

No que se refere ao Acelera Brasil, esse programa ao apoiar as secretarias de educação no campo da gestão e da formação integral de educadores, tem como objetivo promover “a recuperação da aprendizagem de alunos com distorção idade-série matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Ao participarem da proposta, os alunos aprendem o suficiente para saltar até dois anos escolares” (IAS, 2019).

A parceria entre a Secretaria de Educação de Araguaína e o Instituto Ayrton Sena existe há cerca de 10 anos e, segundo o gestor da pasta, tem colhido resultados relevantes. Em artigo do JM Notícia, publicado em 12 de outubro de 2018, o secretário de educação do município, Jorciley Oliveira, declara

que por meio do convênio com o IAS, “Araguaína conseguiu reduzir o índice de distorção idade/série do Ensino Fundamental 1 (do 1º ao 5º ano) de 6% para 3.8%” (JM NOTÍCIA, 2018b).

Em busca da qualidade da educação, O Plano Municipal de Educação de Araguaína 2015-2025), em consonância com a meta 7 do PNE 2014-2024, apresenta na Meta 18 25 estratégias a serem colocadas em ação nos 10 anos de vigência desse PME. A estratégia 18.4 refere-se ao IDEB e propõe:

Estabelecer as políticas do sistema de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, explicitando nos referenciais curriculares os descritores a partir do 3º ano e reduzindo o número de alunos por sala, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo em 75%, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias das unidades escolares (ARAGUAÍNA, 2015).

As escolas apresentaram, até 2017, evolução diferenciada dentro do mesmo sistema de ensino, o que leva a entender que elas possuem realidades internas e externas diversificadas, portanto, vale questionar até que ponto o IDEB indica de fato a qualidade da educação oferecida nas escolas selecionadas para a pesquisa?

## **Considerações finais**

O objetivo desse estudo foi analisar a qualidade da educação avaliada pelos resultados do IDEB das escolas da rede municipal de Araguaína – TO, que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental. Para atingir tal objetivo analisaram-se os resultados dos últimos quatro ciclos de avaliação do IDEB, de 2011 a 2017, no que concerne ao aprendizado, ao fluxo escolar, aos resultados observados e metas estabelecidas para o IDEB de cada escola selecionada para a pesquisa. A concepção de qualidade da educação que fundamenta esta análise é aquela que tem como referente as demandas sociais e históricas de desenvolvimento e apreensão dos diversos níveis e formas do conhecimento por todos e todas indistintamente.

Os resultados deste estudo permitiram constatar que apenas 17 escolas das 34 que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental em Araguaína participaram de todos os ciclos de avaliação do IDEB escolhidos para esta pesquisa, ou seja, de 2011 a 2017. Dessas, 9 alcançaram ou superaram a meta estabelecida para 2021, ou seja, 6,0; 7 alcançaram ou superaram a meta estabelecida para a escola; e apenas uma não alcançou a meta para a escola.

Porém, quando se analisa os resultados da aprendizagem medidos pela Prova Brasil dessas mesmas escolas, os alunos se encontram no nível básico de proficiência, e esse fato leva a concluir que o ensino ofertado não os tem levado a aprenderem de forma efetiva os conhecimentos transmitidos.

As escolas selecionadas por apresentarem alto índice de aprovação dos alunos, o que permite ganho significativo em suas médias no IDEB, compensando o baixo desempenho na Prova Brasil, permite inferir que para o resultado não cair ou deixar de avançar é necessário que se tenham aprovado praticamente todos os alunos. Importante se faz lembrar que o sistema de ensino de Araguaína adota a política de progressão continuada, o que faz decrescer as taxas de reprovação, o que não significa que os alunos estejam aprendendo.

A percepção do IDEB como indicador de qualidade, sem desmerecê-lo como indicador de resultados a serem alcançados, pode levar as escolas a se tornarem espaços de preparação para a Prova Brasil, instrumentalizando, dessa forma, o processo de ensino e aprendizagem. Isto pode significar que ao

assumi-lo como indutor de política pública o sistema escolar pode se reduzir a um mero preparador para as avaliações externas, além de esvaziar o sentido de uma educação de qualidade.

No Plano Municipal de Educação de Araguaína, a estratégia 18.25 visa “estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar” (ARAGUAÍNA, 2015). Essa estratégia, reflexo de políticas neoliberais, além de gerar competição entre as escolas e responsabilizar apenas os professores e a gestão escolar pelo sucesso ou insucesso, pode levar as instituições de ensino a se preocuparem mais com o resultado do IDEB do que levar os alunos a uma efetiva aprendizagem.

Considerando a realidade das escolas observadas em Araguaína a partir dos dados do IDEB compreende-se que a qualidade da educação que se faz presente neste indicador, visa muito mais a identificação da posição de cada escola, rede ou sistema de ensino perante a uma expectativa (meta) a ser alcançada, promovendo o ranqueamento entre esses entes, do que servir para o objetivo para o qual foi idealizado, que é o diagnóstico da educação brasileira.

A contribuição deste estudo está em revelar as contradições, não só ou necessariamente no IDEB, mas no uso ou nos usos do mesmo, sobretudo, no conceito de qualidade que se pretende, particularmente no município de Araguaína.

## Referências

ARAGUAÍNA. **Lei Municipal 2957, de 24 de junho de 2015**. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação de Araguaína, Estado do Tocantins e dá outras providências. Araguaína, TO, 24 jun. 2015. Disponível em: <<https://diariooficial.araguaina.tk/Arquivo/DiarioOficialSuplemento/pdf/5.pdf>>.

ARAGUAÍNA. **História de Araguaína**. Disponível em: <<http://araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=turismo>>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE / Prova Brasil: Plano de Desenvolvimento da Educação**. 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7619-provabrazil-matriz-pdf&category\\_slug=fevereiro-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7619-provabrazil-matriz-pdf&category_slug=fevereiro-2011-pdf&Itemid=30192)>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação PNE 2014-2024: linha de base**. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>>.

BRASIL. Ministério da Educação. **E-mec**. 2018. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>.

CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. O direito humano à educação escolar pública de qualidade. In: HADDAD, S;

GRACIANO, M. (orgs). **A educação entre os direitos humanos**. Campinas (SP): Autores Associados; São Paulo-SP: Ação Educativa, 2006.

CONAE. **Relatório da Conferência Nacional**. 2018. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/2018/ME-0045-17A-3-CONFERENCIA-NACIONAL-DE-EDUCACAO-FOLDER-WEB---nova-verso.pdf>>.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf>>.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília (DF): Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/A+qualidade+da+educa%C3%A7%C3%A3o+conceitos+e+defini%C3%A7%C3%B5es/8926ad76-ce32-4328-8a26-5139ccedddb4?version=1.3>>.

FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. Qualidade do Ensino Fundamental: políticas, suas possibilidades e seus limites. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

FREITAS, L. C. de. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, Especial, p. 965-987, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1628100.pdf>>.

GESQUI, L. C. O IDEB como parâmetro de qualidade da educação básica no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 23, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/312018055\\_O\\_IDEB\\_COMO\\_PARAMETRO\\_DE\\_QUALIDADE\\_DA\\_EDUCACAO\\_BASICA\\_NO\\_BRASIL\\_algumas\\_preocupacoes](https://www.researchgate.net/publication/312018055_O_IDEB_COMO_PARAMETRO_DE_QUALIDADE_DA_EDUCACAO_BASICA_NO_BRASIL_algumas_preocupacoes)>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

INEP. **IDEB: Araguaína**. 2018. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=2279170>>. Acesso em: 3 set. 2018.

JACOMINE, M. A. Educar sem reprovar: o desafio de uma escola para todos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.3, p. 557-572, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n3/10.pdf>>.

JM NOTÍCIA. **Prefeitura de Araguaína comemora nota do Ideb 2017**. 2018a. Disponível em:<<https://www.jmnoticia.com.br/2018/09/05/prefeitura-de-araguaina-comemora-nota-do-ideb-2017/>>.

JM NOTÍCIA. **Araguaína reduz índice de distorção idade-série no ensino fundamental**. 2018b. Disponível em:<<https://www.jmnoticia.com.br/2018/10/12/araguaina-reduz-indice-de-distorcao-idade-serie-no-ensino-fundamental/>>.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora, 2015.

MACHADO, C; ALAVARSE, O. M. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-436, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n2/v39n2a05.pdf>>.

OLIVEIRA, J. F.; LIBÂNEO, J. C. A Educação Escolar: sociedade contemporânea. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 8, n. 3, p. 597-612, 1998.

SILVA, V. G. da. **Por um sentido público da qualidade na educação**. 2008. 120f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/Recep%C3%A7%C3%A3o%20-%20PC%2003/Downloads/Vandre\\_Gomes\\_da\\_Silva.pdf](file:///C:/Users/Recep%C3%A7%C3%A3o%20-%20PC%2003/Downloads/Vandre_Gomes_da_Silva.pdf)>.

VITRINE. **Araguaína é a única do Tocantins reconhecida pela excelência em educação**. 2015. Disponível em: <<http://www.novitrine.com.br/1436645437-noticia-araguaina-e-a-unica-do-tocantins-reconhecida-pela-excelencia-na-educacao.html>>.